

Nota Informativa

Edição 124/2023

DESTAQUES

Comissão promove debate sobre a competência de regulação dos mercados digitais

Defesa Civil participa de Audiência Pública sobre política de combate à violência nas escolas brasileiras

ANPD abre consultas sobre transferência de dados ao exterior e legítimo interesse

MCom dá início a evento inédito sobre sustentabilidade com presença de autoridades

Nova Lei de Licitações é instrumento para superar gargalos da administração, afirma advogado-geral da União

BNDES amplia em R\$ 1,1 bi crédito para acesso à banda larga com foco em escolas, favelas e áreas rurais

Aceleração de startups: InovAtiva prorroga inscrições até 16 de agosto

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Serpro vai financiar projetos em TI para mulheres com R\$ 250 mil

REFORMA TRIBUTÁRIA

Comércio e Serviços propõe retirar Imposto Seletivo da tributária

CNC quer benefício tributário para empresas que mais empregam

Estados poderem criar contribuição é “contrarreforma”, diz CNI

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo Lula acena com vaga no ministério para Lira em 2025

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Governo precisa garantir arrecadação 'muito grande' e isso gera 'descrença' no mercado, diz Campos Neto

Tebet diz que mudança nos precatórios está em estudo, mas nega ideia de classificar a despesa como 'financeira'

Brasil é a "grande alternativa" do novo mercado, avalia Alckmin

Tebet diz que estresse com BC é passado, e que Brasil pode chegar a juros de 11,5% no fim do ano

JUDICIÁRIO

STF forma maioria para validar lei que abranda crime tributário

POLÍTICA

Reunião sobre arcabouço fiscal é remarcada para segunda-feira, às 19h

Em entrevista, Haddad gera desgaste com a Câmara

Arcabouço pode atrasar, mas será aprovado, diz Tebet

'O Senado tem toda legitimidade de alterar o nosso relatório', diz relator do arcabouço na Câmara

Projeto na Câmara sobre direitos autorais pode incluir cobrança ao ChatGPT

Lula deve se reunir com Lira para discutir reforma ministerial

DESTAQUES

Comissão promove debate sobre a competência de regulação dos mercados digitais

Poder Legislativo | 14/08/2023 – 17h56min

A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados promove audiência pública na quinta-feira (17) sobre as competências de regulação dos mercados digitais. O pedido para realização do debate foi apresentado pela deputada Any Ortiz (Cidadania-RS). Ela é relatora do projeto sobre o tema em análise na comissão (PL 2768/22), que prevê a regulação pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de plataformas digitais. "Diante do avanço acelerado do acesso aos mercados e serviços digitais como parte da vida do cidadão brasileiro, surgem anseios que buscam regulamentar as plataformas e meios que permitem que esses mercados e serviços se estruturem", destacou. Foram convidados para a audiência pública representantes da Anatel; da Associação Brasileira das Empresas de Software; da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais; e do Comitê Gestor da Internet do Brasil, entre outros. A reunião ocorre às 10 horas, no plenário 5. [Confira a pauta completa.](#) Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Defesa Civil participa de Audiência Pública sobre política de combate à violência nas escolas brasileiras

Poder Legislativo | 14/08/2023

A Defesa Civil de Santa Catarina participou da Audiência Pública realizada em Blumenau nesta segunda, 14, para discutir a política de combate à violência nas escolas

brasileiras. Tradicionalmente focada em desastres e situações de emergência, a participação da Defesa Civil reflete uma conscientização crescente sobre a necessidade de considerar a violência como uma ameaça real e complexa que também afeta o ambiente escolar e, então, apresentar questões fundamentais para a construção de um ambiente escolar saudável e seguro. O Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina, Coronel Armando, falou sobre a elaboração do plano de contingência que está sendo desenvolvido: Além de Santa Catarina, o Grupo de Trabalho deve percorrer outros estados brasileiros, como Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, com objetivo de debater projetos de lei, ouvir a comunidade e sugerir políticas públicas que possam combater a violência no âmbito escolar.

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD abre consultas sobre transferência de dados ao exterior e legítimo interesse

Poder Executivo | 14/08/2023

Ao festejar na segunda, 14/8, os cinco anos da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/18), a Autoridade Nacional de Proteção de Dados anunciou que vai abrir na terça, 15/8, uma consulta pública sobre transferência internacional de dados. “Não só o Brasil, mas outros países têm interesse nessa entrega. Há necessidade de um fluxo transfronteiriço de dados pessoais e isso vai acelerar negócios”, afirmou o presidente da ANPD, Waldemar Gonçalves. “A ainda nesta semana também abriremos uma tomada de subsídios para elaboração do guia de hipótese legal do legítimo interesse, em busca da melhor norma possível”, emendou. Segundo ele, a estruturação da ANPD ainda é um desafio. O órgão, agora, ligado ao Ministério da Justiça, aguarda que a pasta libere concurso por 213 postos temporários – já autorizados pelo Ministério da Gestão. Outro processo seletivo está em curso e vai contratar outros 53 profissionais. “Precisamos desses trabalhadores com urgência”, disse o presidente da ANPD. “Para um time de 150 servidores, sem dúvida será um ganho imenso”.

Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCom dá início a evento inédito sobre sustentabilidade com presença de autoridades

Poder Executivo | 15/08/2023 – 13h37min

Teve início, na manhã de terça-feira (15), o I Encontro de Sustentabilidade ESG do Ministério das Comunicações e Entidades Vinculadas. A abertura do evento contou com as presenças do ministro das Comunicações, Juscelino Filho; da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; do ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Vinicius Marques de Carvalho; e do vice-presidente do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo Filho. O ministro Juscelino Filho destacou que a sustentabilidade ESG está no centro dos debates, não só no Brasil como em todo o mundo, e que o evento do MCom "está sendo pioneiro" ao fomentar essa discussão no âmbito da administração pública. "O objetivo deste evento é debater e explorar a sinergia entre sustentabilidade, realização de políticas públicas e desenvolvimento social, especialmente no contexto das telecomunicações, visando a alcançar o desenvolvimento sustentável da nossa população e salvaguardar a soberania nacional", disse. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Nova Lei de Licitações é instrumento para superar gargalos da administração, afirma advogado-geral da União

Poder Executivo | 14/08/2023 – 19h35min

O advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou na segunda-feira (14/08) que a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) representa um instrumento que

poderá ajudar a superar um dos principais gargalos da administração pública brasileira relativo às compras e contratações públicas. "A maioria dos especialistas concorda que a nova lei de licitações e contratos abre oportunidades para aprimorar o sistema de compras públicas por meio do fortalecimento dos mecanismos de probidade e do estabelecimento de novas ferramentas institucionais para fomentar o aumento da eficiência administrativa e a inovação tecnológica", afirmou o advogado-geral. "Estamos diante de uma real possibilidade de superar um dos principais gargalos da administração pública brasileira", disse Jorge Messias. A fala foi feita durante participação do advogado-geral na mesa de abertura do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, realizado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília. Na ocasião, Messias reforçou o compromisso da Advocacia-Geral da União (AGU) com a uniformização, no âmbito da administração pública, dos procedimentos relativos à nova lei. "O objetivo, claro, é sempre o cidadão, seja por meio de serviços menos onerosos, ou o incremento de sua quantidade e qualidade", afirmou. Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BNDES amplia em R\$ 1,1 bi crédito para acesso à banda larga com foco em escolas, favelas e áreas rurais

Poder Executivo | 15/08/2023

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou que vai ampliar a disponibilidade de crédito ao setor de telecomunicações em R\$ 1,1 bilhão, por meio do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) em ação conjunta com o Ministério das Comunicações (MCom). Empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e outras entidades com atividades compatíveis com os projetos terão acesso a crédito para aplicação em iniciativas que ampliem o acesso à internet banda larga no País, especialmente em escolas, favelas e áreas rurais. Segundo o BNDES, essa é a primeira utilização estruturada da história do FUST. O BNDES será o agente financeiro dos recursos. As operações poderão ser contratadas nas modalidades direta (crédito a partir de R\$ 10 milhões) e indireta (financiamentos de até R\$ 10 milhões por meio dos agentes repassadores). No futuro, alternativas não reembolsáveis também serão oferecidas. Em nota, presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou que nesta primeira fase se está buscando, via crédito, ampliar a fronteira econômica das redes de telecomunicações, financiando projetos em áreas sem conexão adequada, com foco inicial em escolas, área rural, pequenos municípios e favelas, bem como apoiando a aquisição de equipamentos para expansão dos pequenos provedores de internet por meio dos agentes financeiros repassadores. Fonte: ABRANET

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Aceleração de startups: InovAtiva prorroga inscrições até 16 de agosto

Poder Executivo | 14/08/2023 – 17h52min

Foram prorrogadas as inscrições para o InovAtiva Brasil e InovAtiva de Impacto Socioambiental, programas de aceleração de negócios do InovAtiva, política pública de apoio ao empreendedorismo inovador no Brasil. Os empreendedores interessados podem se inscrever gratuitamente pelo site até o dia 16 de agosto de 2023. Maior programa de aceleração de startups da América Latina, o InovAtiva Brasil vai selecionar até 220 negócios que estejam nas fases de validação, operação e tração, para a segunda edição do ano. Já o InovAtiva de Impacto Socioambiental, focado em empresas com missão de gerar impacto social ou ambiental positivo, vai escolher até 60 startups. Ambos os programas são de abrangência nacional e oferecem capacitação, conexão e mentorias aos participantes de forma completamente gratuita e equity free. Realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o InovAtiva foi criado em 2013 e já acelerou mais de 3.500 startups de

todo o país, pelos programas InovAtiva Brasil e InovAtiva de Impacto Socioambiental. Dessas, mais de 1.600 foram conectadas a investidores. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Serpro vai financiar projetos em TI para mulheres com R\$ 250 mil

Poder Executivo | 15/08/2023

O Serpro abriu uma seleção pública para patrocínio de projetos que usem tecnologia da informação para proporcionar impacto social para mulheres negras, indígenas, quilombolas, ciganas e demais comunidades tradicionais, periféricas, privadas de liberdade e em outras situações de vulnerabilidade. O período de inscrições, gratuitas, ocorrerá das 10h de 18 de agosto às 16h de 26 de setembro, horário de Brasília. Podem participar Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Organizações Não Governamentais (ONGs) que possam comprovar experiência com a natureza do projeto que vão apresentar, legalmente constituídas há pelo menos dois anos. A organização deve apresentar projetos inéditos ou novas versões de projetos já em andamento, sendo que o projeto deve ter tecnologia da informação como meio ou como fim. Exemplos de projetos possíveis incluem iniciativas de letramento ou formação básica visando inclusão sociodigital; ou de nível intermediário ou de nível avançado, para mulheres. Uma plataforma ou tecnologia que localize serviços de saúde, educação, segurança ou outros serviços de interesse para esse público. O projeto deve ser passível de realização no período de um a oito meses, com valor total de até R\$ 250 mil. A divulgação dos projetos aprovados será em 15 de dezembro e a contratação a partir de janeiro de 2024. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Comércio e Serviços propõe retirar Imposto Seletivo da tributária

Poder Legislativo | 15/08/2023 – 14h19min

Uma das propostas do setor de comércio e serviços para a reforma tributária é a retirada do chamado Imposto Seletivo do texto. O tributo que seria criado com a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) seria de competência da União e incidiria sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. “Nós trazemos uma proposta para substituir o Imposto Seletivo por uma alíquota majorada do IBS e da CBS [novos impostos] e vedar a incidência sobre alimentos, energia elétrica, combustíveis e telecomunicações. Ou seja, nós estamos propondo excluir o Imposto Seletivo”, disse João Carlos Galassi, presidente da Unecs (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços), na 3ª feira (15.ago.2023). “Esse Imposto Seletivo é um imposto punitivo, ele não tem uma relação direta com o objetivo da reforma tributária, que é exatamente eliminar a acumulatividade”, disse ele. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CNC quer benefício tributário para empresas que mais empregam

Mercado | 15/08/2023 – 14h

Com o início da tramitação da reforma tributária no Senado, a CNC (Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo) quer alterar o texto para beneficiar empresas que mais empregam no Brasil. A proposta, chamada de emenda do emprego, seria para reduzir a carga tributária de empresas em até 37%. “Da forma como o IVA está colocado a gente sabe que o fator trabalho -o gasto que as empresas têm com folha de pagamento- não vai poder ser utilizado nesse sistema de creditação”, disse Fábio Bentes, economista da CNC.

“A emenda do emprego [propõe] permitir que aquelas empresas que empregam acima da média possam utilizar esse excesso, esse excedente de empregabilidade no abatimento do cálculo do IVA”. Representantes da indústria, comércio e serviços, e agro participaram na 3ª feira (15.ago) da 1ª audiência pública sobre a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) no Senado. A audiência foi promovida pelo grupo de trabalho sobre a reforma na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), coordenado pelo senador Efraim Filho (União Brasil-PB). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Estados podem criar contribuição é “contrarreforma”, diz CNI

Mercado | 15/08/2023 – 13h12min

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) criticou na 3ª feira (15.ago.2023) um trecho da reforma tributária que possibilita que Estados criem uma nova contribuição. Ela incidiria sobre as atividades de agropecuária, mineração e petróleo. “Essa contribuição é a contrarreforma”, disse Mário Sérgio Carraro Telles, gerente executivo da CNI. “Ela onera exportação, traz a cumulatividade de volta e tributa a produção na origem.” Representantes da indústria, do comércio e serviços e do agronegócio participaram na 3ª feira (15.ago) da 1ª audiência pública sobre a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma tributária no Senado. A audiência foi promovida pelo grupo de trabalho sobre a reforma na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), coordenado pelo senador Efraim Filho (União Brasil-PB). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo Lula acena com vaga no ministério para Lira em 2025

Poder Legislativo | 14/08/2023 – 17h28min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), recebeu a promessa do governo Lula (PT) de que não ficará abandonado na planície após o fim de seu mandato no comando do Legislativo e que terá espaço para virar ministro se quiser. O cargo seria ocupado a partir de fevereiro de 2025, depois da eleição do sucessor dele na Câmara. O aceno ocorreu em reunião com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, em mais um gesto de conciliação do Palácio do Planalto com o parlamentar, e foi confirmado ao Valor por três deputados e um outro ministro. O presidente da Câmara vem se aproximando do governo e servindo como interlocutor da entrada de PP e Republicanos formalmente na base aliada. Não está definido qual espaço Lira ocuparia e isso não chegou a ser discutido na conversa dele com o chefe da Casa Civil, mas, no PP, essa promessa está servindo de argumento para pressionar o governo a ceder um ministério de maior peso agora para o líder do partido na Câmara, o deputado André Fufuca (MA). A conversa é que Fufuca daria lugar a Lira em 2025 e que pastas como Aeroportos ou Ciência e Tecnologia são insuficientes. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Governo precisa garantir arrecadação ‘muito grande’ e isso gera ‘descrença’ no mercado, diz Campos Neto

Poder Executivo | 15/08/2023 – 13h48min

O presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, avaliou na terça-feira que o mercado financeiro ainda mostra “descrença” com as metas de equilíbrio das contas públicas apresentadas pelo governo, com o arcabouço fiscal. Em evento promovido pela

Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), ele avalia que é necessário uma arrecadação “muito grande” para o governo atingir os compromissos estabelecidos. — Parte da descrença de que vamos atingir as metas é porque precisaria de uma arrecadação muito grande, para o governo atingir — disse. As estimativas apresentadas por Campos Neto, com base em dados do Tesouro Nacional e do BC, é que a despesa primária está projetada em 3,3% para 2024, quando a meta do governo é zerar o déficit. O arcabouço fiscal, que aguarda aprovação final da Câmara dos Deputados, foi anunciado com metas para o país atingir superávit na dívida primária - que trata do balanço de despesas e receitas, sem considerar os gastos com os juros da dívida pública. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tebet diz que mudança nos precatórios está em estudo, mas nega ideia de classificar a despesa como 'financeira'

Poder Executivo | 15/08/2023 – 13h45min

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, negou na terça-feira que o governo pense em classificar as despesas com precatórios como "despesas financeiras", ou seja, que deixem de ser contabilizadas como gasto primário, que está sujeito à regra do arcabouço fiscal. - Estamos em estudo em relação a uma alternativa constitucional equilibrada, saudável, que não passe por tirar do teto e incluir como despesas financeiras o estoque do precatório, para fins de não arranhar ou não comprometer o espaço fiscal e, conseqüentemente, o objetivo de zerar déficit no Brasil. Segundo ela, há um estudo sobre o tema que está apenas no início. — Como esta é uma questão que envolve a esteira da despesa, o Ministério do Orçamento também está em estudo. O ministro Haddad sabe, já colocou até alguns técnicos à disposição para nos passar informações que a Receita tem. É um estudo que está se iniciando. A ministra participou de evento realizado pela XP Investimentos, em Brasília. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil é a “grande alternativa” do novo mercado, avalia Alckmin

Poder Executivo | 15/08/2023 – 12h59min

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, disse na terça-feira (15) que o contexto internacional faz do Brasil “a grande alternativa” para um mercado que cada vez mais busca além de qualidade e bom preço, produtos que sejam ambientalmente adequados. Durante participação na conferência O Powershoring e a Neointustrialização Verde do Brasil – Perspectivas, Potencial, Políticas Públicas e Privadas, promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, Alckmin enumerou uma série de fatores que representam vantagens competitivas para o país que, segundo ele, já é o quinto em atração de investimento direto. A questão ambiental – e a constatação, principalmente por parte dos países ricos, de seus efeitos nocivos para o clima – representará, para Brasil e outros países com florestas em seu espaço geográfico, vantagens até então inéditas, disse Alckmin. “A pergunta sempre foi 'onde é que eu fabrico bem e barato?' Agora é 'onde é que eu fabrico bem, barato e consigo compensar as emissões de carbono?' E aí o Brasil é a grande alternativa. Teremos uma grande oportunidade. Já somos o quinto país do mundo em atração de investimento direto, e isso pode crescer enormemente. A neointustrialização é exatamente isso, inovação e verde”, disse o presidente em exercício. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tebet diz que estresse com BC é passado, e que Brasil pode chegar a juros de 11,5% no fim do ano

Poder Executivo | 15/08/2023 – 11h07min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse na terça-feira (15) que o estresse do governo com o Banco Central "é coisa do passado". O "Brasil pode chegar a juros de 11,75% ao final do ano, quem sabe 11,5%", estimou a ministra. Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, os diretores da autoridade monetária votaram por um corte de 0,5 ponto percentual na Selic e indicaram que essa será a trajetória nas próximas reuniões. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

STF forma maioria para validar lei que abranda crime tributário

Poder Judiciário | 14/08/2023 – 23h

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria para validar uma lei de 2009 que abranda a responsabilização penal decorrente da prática de crimes tributários. A lei 11.941/09 foi questionada pela Procuradoria Geral da República. O órgão argumentou que dispensar a penalização pelo crime se a dívida for paga ou mesmo parcelada é inconstitucional. A maioria dos ministros do STF, no entanto, discordou e validou a lei. Até a sexta-feira, o placar com essa tese vencia no plenário virtual por 7 votos a 0. O julgamento iria até as 23h59 de segunda-feira (14). "Ao validar a norma que permite a extinção de processos por crime tributário em razão do pagamento do tributo o STF reafirma que o interesse precípua na criminalização da sonegação é estimular a arrecadação", diz o advogado criminalista Sérgio Rosenthal. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Reunião sobre arcabouço fiscal é remarçada para segunda-feira, às 19h

Poder Legislativo | 15/08/2023 – 15h27min

Relator do projeto de lei do novo arcabouço fiscal, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) afirmou que a reunião entre os líderes partidários e o governo para debater o texto foi remarçada para segunda-feira (21), às 19h. Isso não significa, disse, que a votação ocorrerá na próxima semana. A data dependerá de nova reunião entre os partidos. "Ainda não existe compromisso de calendário. Feita esta reunião, vamos consensualizar todo o texto e, a partir daí, a pauta será decidida pelos líderes partidários", disse Cajado, após participar de reunião com os líderes dos partidos e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir a pauta desta semana. A reunião para discutir as emendas do Senado ao arcabouço teria ocorrido na noite de segunda (14), mas foi cancelada pelo presidente da Câmara após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dizer que a Casa está "com um poder muito grande" e que "não pode humilhar o Executivo e o Senado", e lembrar que as pessoas são passageiras no cargo. Lira cobrou explicações de Haddad, cancelou a reunião e escreveu nas redes sociais que "declarações enviesadas" não ajudam a criar um ambiente para aprovação dos projetos. Segundo Guimarães, ainda não foi marcado um novo encontro para tratar do arcabouço. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Em entrevista, Haddad gera desgaste com a Câmara

Poder Executivo | 15/08/2023 – 10h45min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teve de se movimentar na segunda-feira (14) para conter danos políticos após afirmar que a Câmara estaria com "um poder muito grande" e que não poderia usá-lo para "humilhar" o Senado e o Executivo. Diante do mal-estar,

o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), cancelou reunião marcada para segunda-feira (14) à noite com líderes de partidos para debater o novo arcabouço fiscal – uma das prioridades do governo. “As minhas declarações foram tomadas como uma crítica (à atual legislatura). Eu estava falando sobre o fim do presidencialismo de coalizão”, afirmou Haddad, a jornalistas, logo depois de ligar para Lira. Em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo, o ministro disse que a negociação dos projetos do governo na Câmara “não está fácil”. “Não pense que está fácil. A Câmara está com um poder muito grande, e não pode usar esse poder para humilhar o Senado e o Executivo. Mas, de fato, ela está com um poder que eu nunca vi na minha vida. Tem de haver uma moderação, que tem de ser construída”, disse. Gravada na sexta-feira, a conversa foi divulgada na segunda-feira (14). Fonte: Canal Rural

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Arcabouço pode atrasar, mas será aprovado, diz Tebet

Poder Executivo | 15/08/2023 – 10h17min

A ministra Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, disse na terça-feira (15) não ter dúvidas de que o arcabouço fiscal será aprovado na Câmara dos Deputados. “Pode atrasar por um ruído ou outro político que acontece, mas vocês viram a votação, o quórum, tanto na Câmara quanto no Senado”, disse a ministra. Ela participa de evento organizado pela XP, em Brasília. “[Arthur] Lira, [presidente da Câmara], foi categórico quando disse que arcabouço fiscal é projeto de Estado para os próximos 4 anos”, afirmou Tebet. Na segunda (14), o presidente da Câmara cancelou uma reunião de líderes para tratar do arcabouço, após um ruído provocado por uma fala do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista ao canal do jornalista Reinaldo Azevedo, que foi ar no mesmo dia. O ministro disse que a Câmara dos Deputados “está com poder muito grande e não pode usar esse poder para humilhar o Senado e o Executivo”. “Passei 9 anos em Brasília e nunca vi nada parecido. Tem que haver uma moderação que deve ser construída”, afirmou o ministro. A fala desagradou a parlamentares e, no fim do dia, o ministro tentou explicar a crítica. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

‘O Senado tem toda legitimidade de alterar o nosso relatório’, diz relator do arcabouço na Câmara

Poder Legislativo | 15/08/2023 – 08h35min

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, Claudio Cajado, falou à GloboNews sobre a retomada da discussão do projeto pelos deputados nesta semana. Ele recebeu de Omar Aziz, relator no Senado, o novo texto com alterações propostas pelo Congresso vindas antes do recesso parlamentar do mês de julho. E pessoalmente acredita que há mudanças a serem feitas, mas quer conversar com os deputados para definir em conjunto se novas alterações serão necessárias. “Na minha opinião era para poder manter o nosso relatório, mas o Senado tem toda legitimidade de poder alterar o nosso relatório, e o colégio de líderes vai decidir. Nós vamos coletivizar dessa vez a decisão: se os líderes entenderem que devemos manter essas alterações que o Senado fez no nosso parecer, eu acatarei sem problema nenhum. Não farei mais um cavalo de batalha sobre a minha posição tecnicamente sustentavelmente falando em relação ao conjunto de despesas estarem tecnicamente todas juntas”, disse o deputado. Cajado também comentou a polêmica envolvendo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Câmara, Arthur Lira. Em uma entrevista a um podcast, Haddad teria dito que a Câmara estaria com “excesso de poderes”, o que gerou uma reação de Lira nas redes sociais. Perguntado sobre a fala do presidente da Câmara, Cajado disse não saber sobre o assunto, mas discordou do ministro. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto na Câmara sobre direitos autorais pode incluir cobrança ao ChatGPT

Poder Executivo | 14/08/2023 – 23h02min

O projeto de lei dos direitos autorais em tramitação no Congresso Nacional inclui um dispositivo que abre espaço para que mecanismos como o ChatGPT ou Bard tenham que remunerar os autores por conteúdos, como material jornalístico, utilizados pela inteligência artificial. O PL é de autoria da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), e o trecho foi acrescido pelo relator, o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), em seu último parecer. A proposta, que ainda precisa ser aprovada no Legislativo e deve sofrer alterações, inclui no texto do Marco Civil da Internet a categoria de "plataformas digitais de conteúdos de terceiros", na qual estão incluídos os serviços de "inteligência artificial". Há a expectativa de que o projeto seja votado na Câmara dos Deputados ainda nos próximos dias, mas as big techs, sobretudo, ainda reclamam do texto e podem travar sua aprovação. Em um ponto de entrave, artistas pleiteiam que a regra passe a valer para todos os contratos, uma vez que muitas empresas de streaming, por exemplo, lucram com exibição de conteúdo antigo. A atual redação, no entanto, propõe que apenas novos acordos sigam as regras de remuneração. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula deve se reunir com Lira para discutir reforma ministerial

Poder Executivo | 14/08/2023 – 20h29min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve se encontrar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na noite de terça-feira no Palácio da Alvorada, quando retorna de viagem ao Paraguai. Segundo uma fonte próxima ao petista, eles discutirão os últimos passos da minirreforma ministerial que Lula está fazendo para acomodar o Centrão em seu governo. De acordo com esse interlocutor, Lula definirá antes de embarcar no fim desta semana para cúpula do Brics, na África do Sul, quais pastas cederá a André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE). Eles já foram confirmados pelo Palácio do Planalto como futuros ministros. O encontro está previsto para ocorrer um dia após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarar em entrevista que a Câmara tem um "poder muito grande", o que causou atrito com o presidente da Casa. Após o episódio, Lira cancelou uma reunião entre líderes e técnicos da área econômica sobre o novo arcabouço fiscal. Além de Lira, Lula deve se encontrar também nos próximos dias com o deputado Marcos Pereira (SP), presidente nacional do Republicanos. Procurado pelo Valor, o presidente da Câmara não se pronunciou.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br